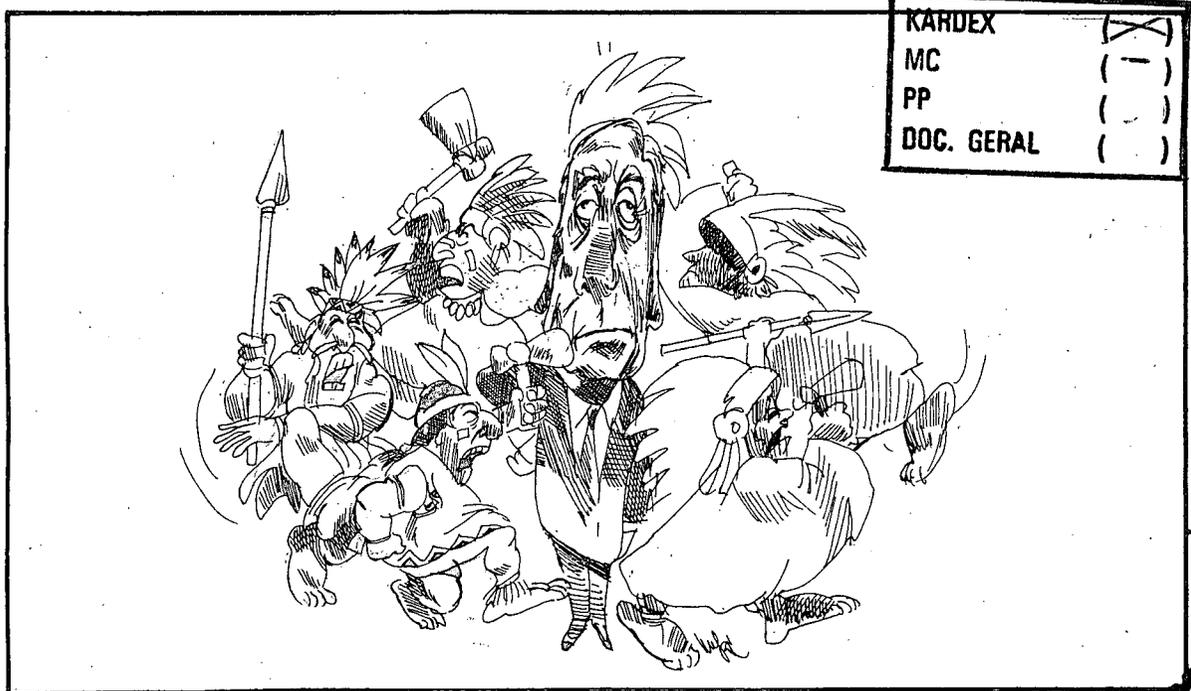


# Aconteceu

## Dezoito anos de prisão para assassino do Padre Josimo

(Última página)



## Dia do índio é comemorado com dança de guerra

Txucarramães e Caiapós invadem salão verde do Congresso para pedir a demissão do presidente da Funai. Se isto não acontecer, o Cacique Raoni ameaça levar cinco mil índios ao Palácio do Planalto. (Pág. 15).

## Constituinte: o que já foi aprovado e o que ainda falta ser discutido

(Pág. 3)

**Nota da Redação**

Aconteceu semanal é uma publicação do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) dedicada ao acompanhamento das lutas encaminhadas por diversos setores populares. As notícias da semana estão agrupadas nas seções Trabalhadores Rurais, Trabalhadores Urbanos, Índios, Educação Popular e Igrejas, que compreendem os programas básicos de atuação do CEDI.

O ACONTECEU trabalha com notícias veiculadas durante a semana pelos principais veículos de comunicação do país (jornais e revistas) vinculadas aos temas básicos dos programas relacionados acima.

É pretensão ainda do ACONTECEU dedicar parte de seu espaço para as informações fornecidas diretamente pelos leitores ou pelas pessoas que atuam direta, ou indiretamente, nestes programas. Assim gostaríamos de contar com a colaboração de todos que igualmente se identifiquem com a nossa proposta, que tem a única e exclusiva intenção de se colocar a serviço dos movimentos populares.

São assinantes do ACONTECEU lideranças indígenas, sindicatos urbanos e rurais e demais órgãos de classe, comissões pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e tantos outros.



**Aconteceu N.º 451**  
22 a 29/04/88

**CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação**

Rua Coque Velho, 98  
Fundos  
Telefone: 205-5197  
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 963  
Telefone: 825-5544  
01236 - São Paulo - SP

Assinatura Anual: Cz\$ 200,00 (Brasil);  
US\$ 60,00 (América Latina);  
US\$ 85,00 (América do Norte);  
US\$ 100,00 (Europa, Ásia e África).  
Envie junto com seu pedido um cheque nominal ou vale postal para CEDI-RJ

Editor:  
**Xico Teixeira**  
Produção Gráfica:  
**José Truda Jr.**  
**Lúcia Carrera**  
Fotolitos e impressão  
**Tribuna da Imprensa**

**Assine o Boletim**

## Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

**Assinatura anual: Cz\$ 200,00**

América Latina US\$ 30    América do Norte US\$ 60    Europa, África e Ásia US\$ 75

Nome: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Est.: \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o  
**CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação**  
Rua Coque Velho, 98 - fundos - CEP 22241  
Rio de Janeiro - RJ

### CONSELHO DE PUBLICAÇÕES

<p>Anivaldo Padilha Ary da Costa Pinto Carlos Alberto Correia da Cunha Carlos Alberto Ricardo Heloisa de Souza Martins Henrique Pereira Júnior</p>	<p>Marcus Vinicius Grod Borges Neide Esterci Sérgio Alli Vera Maria Masagão Ribeiro Xico Teixeira Jether Pereira Ramalho (coordenador)</p>
--	--

# A Constituinte dia após dia

	<b>Título I</b> Dos princípios fundamentais	<b>Título II</b> Dos direitos e garantias fundamentais	<b>Título III</b> Da organização do Estado	<b>Título IV</b> Da organização dos Poderes e do sistema de governo.
<b>Artigos</b>	do 1º ao 5º		do 20 ao 54	do 55 ao 158
<b>Aprovado em</b>	28 de janeiro	11 de fevereiro	14 de março	12 de abril
<b>Temas mais importantes</b>	Definição da República e dos poderes e objetivos do Estado. Todo o poder pertence ao povo.	Violação de direitos é crime inafiançável. Propriedade atenderá à sua função social. Criados o <i>habeas-data</i> e o mandado de injunção. Jornada de trabalho cai de 48 horas para 44 horas. Licença maternidade passa de 90 para 120 dias. Criada licença paternidade de 8 dias. Demissão sem motivo tem multa de 40% do FGTS. Regras para os sindicatos e os partidos.	Bens e competência da União, estados e municípios. O subsolo pertence à União. Atividade nuclear depende de licença do Congresso. Distrito Federal ganha autonomia política. Casação de direitos políticos de servidor corrupto. Deficientes físicos ganham cota de empregos públicos. Normas para os servidores públicos civis e militares.	Congresso ganha mais poderes. Bancadas da Câmara aumentam. Parlamentares pagarão Imposto de Renda sobre total dos vencimentos. Definição da imunidade parlamentar. Casos de perda de mandato. Como será feita a fiscalização financeira. Sistema de governo, mandato e atribuições do presidente da República. Funcionamento do Poder Judiciário.
<b>Aprovado</b>				

<b>Título V</b> Da defesa do Estado e das instituições democráticas	<b>Título VI</b> Da tributação e do orçamento	<b>Título VII</b> Da ordem econômica e financeira	<b>Título VIII</b> Da ordem social	<b>Ato das disposições constitucionais gerais e transitórias</b>
do 159 ao 169	do 170 ao 198	do 199 ao 228	do 229 ao 271	do 1º ao 63
12 de abril				
Dispositivos de defesa da ordem pública. Casos em que se decreta estado de alerta ou estado de sítio. Conceito de segurança pública. Papel das Forças Armadas e das polícias.	Reforma tributária. Redistribuição dos impostos. Estados e municípios ganham mais recursos. As limitações do poder de tributar. Restrição ao empréstimo compulsório. Impostos sobre grandes fortunas e sobre heranças. O que pode ser tributado. Normas gerais para as finanças públicas e os orçamentos.	Princípios que regem a atividade econômica. Defesa do consumidor e do meio-ambiente. Favorecimento às pequenas empresas nacionais. Definição de empresa nacional. Intervenção do Estado na economia. Monopólios da União. Política urbana e reforma agrária. Sistema financeiro nacional.	Saúde, previdência e assistência social iguais para segurados urbanos e rurais. Sistema público e privado de saúde. Aposentadoria. Educação, cultura e desporto. Ciência e tecnologia. Reserva de mercado na informática. Fim da censura política e ideológica. Concessão de rádio e TV. Proteção do meio-ambiente. A família. O Índio.	Mandato do atual presidente. Anistia. Constituintes estaduais. Criação de tribunais regionais federais. Pensão vitalícia para seringueiros. Colégio Pedro II é mantido na órbita federal. Zona Franca de Manaus (terra do relator da Constituinte, Bernardo Cabral) é eternizada. Territórios de Roraima e Amapá são transformados em estados.
	<b>Em votação</b>		<b>A ser votado</b>	

## Sarney manobra na Constituinte por mandato de seis anos

"A batalha do presidente José Sarney está agora entre os quatro e os seis anos e não mais entre quatro e cinco." A avaliação é do presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Márcio Thomaz Bastos, e reflete a crescente sensação, no Congresso Constituinte e no mundo político, de que o governo está agora em busca não mais de cinco anos de mandato para o presidente, mas de seis anos.

Na prática, o que está em curso é uma manobra surda que tende a desembocar

nos seis anos, já que a expectativa dos quatro anos, que já comporiam a outra ponta da guerra, na visão da OAB, é a ca da dia mais remota. A lógica que abre as portas para os seis anos é muito clara: nas Disposições Transitórias da futura Constituição, nas quais se inscreverá a duração do mandato de Sarney, o primeiro texto a ser votado é o do Centrão, o agrupamento suprapartidário conservador, que nada estabelece a respeito do mandato de Sarney. (Painel, FSP - 14 / 04/88)

## Estaduais já pensam na sua carta

Com a participação de dezenas de pessoas, inclusive deputados do PT e progressistas do PMDB, o plenário pró participação popular na Constituinte reuniu-se na Assembléia Legislativa de São Paulo. Em discussão, o início do processo

constituinte estadual. A disputa começa no regimento (em elaboração por um grupo de trabalho interpartidário): tenta-se obter um prazo maior para o funcionamento da Constituinte Estadual e maior amplitude da iniciativa popular no processo.

## Greve poderá levar IBGE a forjar índice de inflação

O índice oficial da inflação de abril deverá ser apurado através de uma projeção que tentará compensar a interrupção na coleta de preços entre os dias 11 e 15 deste mês. Devido à greve dos funcionários do IBGE, o trabalho praticamente deixou de ser feito. O IPC (Índice de Preços ao Consumidor), o indicador oficial, mede a variação de preços ocorrida entre as duas últimas semanas de um mês e as duas primeiras do mês seguinte. No caso do índice de abril, o IBGE não

dispõe da variação de preços ocorrida na quarta e última semana de coleta. É esse período que terá de ser projetado.

Este índice será comparado com os dados coletados nas regiões metropolitanas em que funcionários do IBGE não aderiram à greve. Destes dois índices, então, sairá a taxa de inflação desta quarta semana do índice de abril. A projeção tem o nome técnico de "imputação de preços". (Folha SP, 16/04/88)

## Professores paulistas rejeitam aumento de 40 por cento

Cerca de 2 mil professores da rede oficial de ensino do Estado de São Paulo, participaram dia 13 de uma assembléia da categoria realizada na Praça da República, no centro da cidade. Durante a manifestação eles rejeitaram a proposta do governo de um reajuste de 40 por cento sobre os salários de abril e marcaram uma paralisação para o dia 21.

Os representantes do Grupo dos 19, colegiado de entidades sindicais que representam os servidores paulistas, estão discutindo com o Secretário Especial de Coordenação de Programas do Governo, Alberto Goldman, a decisão da assembléia dos professores e o prosseguimento das

negociações.

Os professores pedem um reajuste de 65,5 por cento sobre os salários de abril, que corresponde a perda inflacionária no último trimestre. "A proposta do governo é inaceitável", comentou Luiz Carlos da Silva, diretor da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP).

O grupo dos 19 liderou um movimento grevista no mês de março que durou 35 dias. Nele os professores pediam um reajuste de 144 por cento sobre os salários de janeiro e mais 15 por cento de produtividade. (GM, 14/04/88)

## Justiça concede liminar para garantir índices

O Juiz Sérgio Túlio Santos Vieira, da 2ª Vara Cível, concedeu liminar em favor da Associação de Pais e Alunos do Rio de Janeiro, garantindo que o aumento das mensalidades das escolas particulares só poderá ser feito dentro dos índices estipulados no acordo de fevereiro. Segundo este acordo, a última mensalidade do ano de 87 seria reajustada em 56%, sofrendo nos meses seguintes apenas o aumento da URP. Este foi o resultado da ação civil pública impetrada pelo cu-

rador de justiça dos consumidores, Hélio Gama.

Segundo ele, cabe ao Conselho Estadual de Educação ordenar a devolução do excesso pago pelos pais. Caso isto não aconteça, a curadoria poderá, então, entrar com outra ação pela devolução do dinheiro com correção monetária. Os colégios que não estiverem cumprindo o acordo serão multados em CZ\$ 1 milhão por dia, por aluno. (Folha SP, 14/04/88)

## Calmon quer CPI apurando intermediação de verbas de educação

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura a aplicação dos recursos da emenda Calmon decidiu, em sua primeira reunião de trabalho, enviar ofício ao Presidente da CPI da corrupção, Senador José Ignácio Ferreira (PMDB-ES) sugerindo que as duas comissões atuem coordenadamente e troquem informações sobre as denúncias de utilização irregular de verbas públicas na área de educação. O Presidente da "CPI Calmon", Deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS), disse que os vários prefeitos que já prestaram depoimento à CPI do Senado e à Polícia Federal denunciando intermediações de verbas da Educação podem ser convocados a depor na CPI

da Câmara. "Nós poderíamos fornecer a eles os dados que pudessem ser indício de objeto de investigação na área de Educação, e vice-versa", disse. Segundo Zanetti, "o objetivo das duas CPIS se identifica, já que é avaliar a correta aplicação do dinheiro público.

O objetivo inicial da CPI, segundo Zanetti, é verificar se a União, Estados e Municípios estão aplicando em educação o montante definido pela emenda (13 por cento da receita de imposto para a União e 25 por cento para estados e municípios). A seguir, verificar a aplicação dessa verba. (FSP, 13/04/88)

## Evangélicos criticam deputados eleitos com votos dos fiéis



*Benedita da Silva, uma das raras exceções*

Os 34 deputados federais evangélicos formam a terceira maior bancada do Congresso Nacional, perdendo apenas para o PMDB e o PFL. Mas se depender da opinião dos fiéis cariocas das várias denominações, poucos voltarão a exercer mandatos. Com raras exceções, como Lysâneas Maciel (PDT-RJ), Benedita da Silva (PT-RJ) e Celso Dourado (PMDB-BA), os demais evangélicos são acusados de alianças com o empresariado, política do empreguismo e atitudes conservadoras. Eles são chamados até de "sugadores da fé cristã".

Para o sociólogo Jether Ramalho, da Igreja Evangélica Congregacional, a maioria desses deputados não está preocupada em defender os interesses da população, e critica: "Muitos receberam favores, como concessões de rádio e empregos e estão sempre subjugados ao poder. Não me sinto representado por essas pessoas." Ele critica também a criação da Confederação Evangélica do Brasil - entidade que surgiu a partir do trabalho de 20 constituintes, que apoiam o mandato de 5 anos para o Presidente Sarney sob a direção de Enoc Vieira (PFL-MA), Diácono Ba-

tista. Em nome de Deus, eles receberam como doação CZ\$ 108,5 milhões, com as bênçãos do Presidente. Tudo pela fé.

Essas peregrinações ao lado do poder causam estranheza aos fiéis. "A vontade de Deus está sendo deturpada", alega o protestante Isac Botelho.

O presidente da Associação Metodista de ação social da Baixada, José Evangelista de Souza, garante que o povo evangélico está se politizando e analisando o trabalho dos constituintes, e afirma que poucos deputados estão agradando: "Benedita da Silva e Lysâneas Maciel têm honrado os mandatos". José Evangelista explica que há uma discriminação contra os evangélicos, pois o espaço "sempre é preenchido por católicos. Queremos participar da administração municipal e estadual com pessoas que lutem contra a injustiça, o analfabetismo, a violência e defendam o direito dos carentes"

O Pastor Mozart Noronha, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, lembra que a bancada evangélica tem que ser porta-voz da comunidade e não de interesses particulares. "Muitos passam pelas igrejas catando votos e estão ligados aos setores mais atrasados da sociedade", afirma, acrescentando que a maioria desses deputados defende propostas reacionárias, traindo o povo evangélico. "Nós lutamos por interesses de todos, como a reforma agrária, urbana, moradia para todos, e contra a violência, o subemprego e a discriminação de negros, índios e mulheres."

O adventista do 7º dia, Amaro da Silva, acredita que os deputados "que não fazem nada pela comunidade não conhecem a Bíblia e andam olhando para o céu, esquecendo de dar assistência aos mais humildes". Para Roberto Varelo da Cruz, da Assembléia de Deus, alguns políticos (Daso Coimbra e Sotero Cunha) "agem como se fossem enviado de Deus" e não têm respeito pelos fiéis que confiaram em suas propostas de trabalho. "Os evangélicos foram traídos por esses catadores de votos", disse. (O Dia - 18/04/88)

## Itaici afirmará a participação da Igreja nas questões nacionais

O documento final da 26ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Itaici, defenderá o envolvimento da Igreja nas questões políticas, sociais e econômicas, justificando-o como parte de sua missão ao lado da pregação da fé e do Evangelho.

Com pequenos retoques no texto original elaborado por uma comissão de bispos antes do início da reunião o documento apresentará uma análise pessimista da situação brasileira e pregará que, sem uma autêntica recuperação dos valores é-

ticos e religiosos fundamentais, não haverá plano econômico, político ou nova Constituição com forças para garantir ao País o destino que ele merece.

Segundo o Arcebispo de Uberaba (MG), D. Benedito Ulhoa Vieira, a Igreja no Brasil manterá sua linha de atuação, "ainda que em vários bolsões sua missão não seja aceita ou compreendida".

Ao anunciar o Evangelho, explica, a Igreja quer libertar o homem de todos os pecados, inclusive do pecado da miséria, do analfabetismo, da marginalização e da discriminação. (O Globo, 19/04/88)

## Bispo acha que pregação deve começar por humanização da vida

O bispo de Passo Fundo, d. Urbano Allgayer, afirmou que a Igreja não pode ficar alheia aos grandes problemas que afligem a Nação. Definiu como uma heresia querer confinar a Igreja à sacristia e querer restringir a fé a assuntos exclusivamente religiosos.

- Em certos ambientes - afirmou - a pregação tem que começar pela humanização da vida, deixando-se para depois o que é metodologicamente mais importante:

a questão espiritual.

Na opinião de d. Allgayer, é sobretudo entre as classes dominantes, ideologicamente de direita, que o trabalho da Igreja é mais incompreendido:

- Esse é o grupo que ressalta a incompatibilidade do social com a pregação da Igreja. Mas, como uma das grandes instituições do mundo, a Igreja não pode afastar-se dos problemas concretos do povo.

### Igreja Messiânica apóia a campanha do meio ambiente

A Igreja Messiânica Mundial, que tem no Brasil mais de dois milhões de adeptos, decidiu participar da campanha ecológica desenvolvida pela Fundação S. O.S. Mata Atlântica que tem como objetivo preservar a Serra do Mar e a região lagunar de Iguape, Cananéia e Paranaguá, entre outras. O reverendo Tetsuo Watanabe, que preside a entidade no País, explicou a decisão da Igreja dizendo que a área ameaçada "é um verdadeiro santuário da humanidade".

Ele afirmou que a campanha precisa da colaboração de toda a comunidade.

(Estado SP, 14/04/88)

### Bispo condena voto contra punição a corrupto

Em carta endereçada ao deputado federal evangélico Daso Coimbra e distribuída a diversos organismos eclesiais e ecumênicos, o bispo metodista do Rio de Janeiro, Paulo Lockmann, condenou a postura do parlamentar que votou contra o projeto de lei que torna inafiançáveis os crimes de corrupção. "É do interesse do povo brasileiro", afirma Lockmann, "ver na cadeia os corruptos de toda espécie. O bispo das metodistas da cidade do Rio de Janeiro, concluiu sua carta enfatizando que "mais do que nunca, os evangélicos devem lutar por leis justas e que condenem as práticas contrárias ao Evangelho da Justiça do Senhor Jesus".

# ACONTECENDO

## Opinião de Sarney

Sarney afirma estar acompanhando com "toda a atenção" os trabalhos da CPI da Corrupção e, tão logo ela aponte algum fato concreto, diz que não hesitará em mandar a Polícia Federal atrás dos culpados.

Para ele, porém, até aqui não foi mostrado qualquer ilícito comprovado e, portanto, não muda sua opinião: acha que a CPI está sendo usada por muitos com o propósito deliberado de desestabilizar o seu governo. (Painel, FSP - 14/04/88)

## Jogo de Sarney

Sarney está usando de uma imagem futebolística para dizer o que pensa sobre a CPI da corrupção:

"Perderam o jogo no campo e agora querem ganhar no tapetão." (Painel, FSP - 14/04/88)

## Covas reage

O senador Mário Covas está cada vez mais furioso com a tese de inconstitucionalidade da CPI da Corrupção.

"Inconstitucional é a corrupção e não a CPI", disse. (Painel, FSP - 17/04/88)

## Cara a cara

Do coronel-deputado Erasmo Dias (SP), sexta-feira, na porta da Câmara Municipal de Santos - onde foi participar de uma sessão solene - à espera de que o ex-governador Leonel Brizola, em vista ao presidente da Câmara deixasse o prédio:

- Preciso entrar aí. Mas o diabo é cruzar com esse Brizola. Já pensou se de repente dou de cara com ele?

Erasmo Dias, como se sabe, ganhou fama nacional comandando no dia 27 de setembro de 1977 o massacre do campus da PUC paulista e espalhando o terror entre 900 pessoas que tentavam reorganizar a União Nacional dos Estudantes. (JB - 19/04/88)

## Otimismo

Sarney continua vendendo otimismo em relação ao futuro da crise econômica que o país atravessa: acha que ainda há espaço suficiente para reverter o atual quadro econômico, a partir das novas medidas de contenção do déficit público... (Painel, FSP - 14/04/88)

## Deputado evangélico ganha nota máxima de empresário

O deputado Evangelista Daso Coimbra tem tido um desempenho espetacular na defesa dos interesses antipopulares: ele apoiou 100% dos projetos que interessavam ao empresariado. Esses dados fazem parte de uma lista sobre o desempenho de todos os 559 constituintes nas votações de artigos favoráveis à livre iniciativa - num total, até agora, de 18 proposições - divulgadas pela União Brasileira dos Empresários (UB). Além de Daso, no Rio de Janeiro, Amaral Neto e Denisar Arneiro apoiaram integralmente as propostas, enquanto Francisco Dornelles e Jorge Leite deram apoio a 94,44% delas. No final da lista aparecem o nome da deputada evangélica Benedita da Silva, entre outros poucos, com nota zero, já que não apoiou uma única causa do empresariado na Constituinte (JB, 01/04/88)

## Vai sair

O ministro Almir Pazzianotto diz que a greve de advertência dos servidores federais, dia 13, em Brasília, foi apenas um "aperitivo".

Segundo ele, o "porre" vem depois, quando o governo anunciar o fim da URP para os trabalhadores.

Mas a "ressaca" talvez não o pegue mais no Ministério do Trabalho. (Painel FSP - 14/04/88)

## "Cerco imoral"

O senador mineiro Itamar Franco, que integra a CPI da Corrupção, reage às últimas manifestações de Sarney:

"Ao invés de falar em terrorismo moral, que não existe, ele deveria estar preocupado é com o cerco imoral a que se referiu o seu ex-ministro Bresser Pereira." (Painel FSP, 17/04/88)

## SOS Segregação

O Fluminense, que tem entre seus títulos o de ter sido o último clube do Rio a permitir a entrada de negros, conquistou agora o laurel da segregação social: empregadas que acompanhem crianças à nataçãõ ou qualquer outra atividade só cruzam os portões se estiverem devidamente uniformizadas.

O clube não quer o risco de que serviçais possam ser confundidos com integrantes do seu quadro social. (Informe JB, 14/04/88)

## Plebiscito já

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) promove no dia 26, às 10h, ato público no Congresso Nacional, com o apoio de dez entidades, para tentar forçar os constituintes a aceitarem a proposta de realização de um plebiscito para a definição do mandato de José Sarney. (Folha, 14/04/88)

## Novos garis

Dentro de um mês, pessoas condenadas por crimes de trânsito (crimes culposos), por maus tratos, brigas, omissão de socorro e crimes contra a honra (com penas inferiores a um ano de detenção) se transformarão em garis do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) de Porto Alegre recolhendo lixo, capinando ou varrendo as ruas da capital. Esse é o resultado de um convênio, inédito, assinado entre a Associação de Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris) e DMLU, pelo qual os presos primários terão suas penas transformadas em serviços. (JB, 14/04/88)

## Linha dura

A demissão, dia 13, do presidente do IBGE, Edson Nunes, por estar resistindo à ordem de demitir os funcionários grevistas, pretende ser um ato exemplar: de agora em diante, quem trombar com as decisões de Brasília vai "dançar".

Que se cuide, portanto, o presidente do Banco Central, Elmo Camões que está querendo negociar a revisão do ato que demitiu 19 líderes da recente greve naquele estabelecimento. (Painel, FSP - 14/04/88)

## Caixa alta

Só a inserção, no "Correio Brasiliense" e no "Jornal de Brasília", de reportagem em que o prefeito de Pinheiro, no Maranhão, acusa a CPI da corrupção, custou aos interessados CZ\$ 1.149.012,00.

A contratação do espaço foi feita através da agência Trianon Publicidade e Assessoria, de Brasília, que não revela quem pagou a despesa. (Painel, FSP - 14/04/88)

## Filho do pai

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher aderiu à manifestação que se realizou em várias cidades, no dia 21, em defesa da manutenção dos direitos sociais conquistados no novo texto constitucional.

Vai até lançar um manifesto defendendo a polêmica licença-paternidade, intitulado "filho não é só da mãe" (Painel FSP - 17/04/88)

## Doce mania

Ao deixar, há dias, o restaurante Florentino, em Brasília, o consultor-geral da República, Saulo Ramos, encheu a bolsa de sua mulher com bombons de menta oferecidos aos fregueses.

Não sobrou nenhum, embora a casa ainda estivesse cheia. (Painel FSP - 17/04/88)

## Metalúrgicos paulistas reivindicam reposição salarial de 15 por cento

Em momentos de crise, o melhor caminho para a empresa é promover a reposição dos salários, como forma de evitar um quadro recessivo e ter, assim, melhores condições de se recuperar. É com essa meta que os presidentes dos sindicatos dos metalúrgicos de São Paulo (o maior da América Latina), Osasco e Guarulhos oficializaram a campanha pela reconquista de perdas salariais, ao entregar dia 19, ao coordenador do Grupo 14 da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Roberto Della Manna, documento em que reivindicam 15% de reajuste, além da URP de 16,19%, sobre os salários a partir de 1º de maio. Dessa forma, os sindicatos querem que, ao receber o contracheque no dia 10 de junho, o metalúrgico fique com o mesmo poder de compra que tinha a 1º de novembro do ano passado.

"Essa é a nossa forma de contri-

buir contra a ameaça de recessão, mantendo o poder de compra do trabalhador", justifica o presidente do sindicato de São Paulo, Luiz Antônio de Medeiros, que não vê outra saída se não a de o empresário se conscientizar de que o arrocho salarial não interessa nem ao capital nem ao trabalho. "Se cair o poder de compra, a grande e a média empresas começam a mandar gente embora", diagnostica Medeiros. O sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo também começou a enviar cartas a 10 mil empresas da capital, comunicando o pleito à Fiesp. "Se a Fiesp negar a solicitação, começaremos os contatos fábrica por fábrica", promete Medeiros, adiantando que fará diversas assembleias nas portas de fábricas, para reforçar o movimento de pressão pela reposição. (JB - 19/04/88)

## Meneguelli: greve geral é a meta

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli, afirmou que as manifestações dos servidores públicos "apenas reunirá forças" para uma greve geral do funcionalismo prevista para os dias 3 e 4 de maio.

Meneguelli disse que a dificuldade de atuação conjunta da CUT com a CGT (Central Única dos Trabalhadores) prejudicará a manifestação e a possível greve. "Com relação à UDR, há unidade das cen-

trais. Mas para a CUT a questão determinante não é a URP, mas o mandato de Sarney, que influi na política econômica", declarou.

Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzinho, presidente da CGT, acha que a postura da CUT poderia desmobilizar a greve geral. "A greve deve ser sindical, não política", disse, acrescentando que a CGT apoiará a greve geral. (FSP - 13/04/88)

## Servidor é contra fim da URP

O protesto dos funcionários públicos federais, no dia 13, contra o congelamento da URP reuniu quatro mil pessoas em Brasília e durou cinco horas. Os servidores contaram com a ajuda dos motoristas de ônibus, que estavam em greve: sem transporte, muitos funcionários não foram trabalhar. Nas outras capitais

também houve protesto. O presidente da Petrobrás, Ozires Silva, não quer o congelamento da URP na estatal. Segundo disse ao ministro das Minas e Energia, a empresa é "altamente lucrativa" e a situação de sua folha salarial não tem nenhuma relação com os problemas de caixa do Tesouro. (Estado SP, 14/04/88)

## Crianças fazem passeata pela liberdade de viver na rua

Crianças entre 3 e 16 anos, moradores do centro do Rio de Janeiro, organizaram no dia 15 a sua primeira passeata pelo direito de viver na rua. A principal faixa carregada pelas crianças questiona a medida do Juizado de recolher os menores, em acordo com a Associação de Hotéis, que doou cinco Kombis para a realização da operação no centro e na zona sul.

Dezenas de meninos saíram da Catedral em direção ao Quartel General da Polícia Militar para entregar uma carta ao Comandante Geral, solicitando a revogação da medida que tem por objetivo retirá-los da rua. "Aqui a gente aprende muita coisa que não presta. É uma vida mais difícil. Mas ninguém é espancado pelos educadores. O lugar das crianças é na rua", disse o menino Nei José Magalhães, de 15 anos, que esteve internado

Foto de Fernando Mala



seis vezes em várias instituições.

A manifestação teve o apoio do programa Ao Encontro dos Meninos de Rua, da Sociedade Beneficente São Martinho, vinculada à Pastoral do Menor. (JB, 16/04/88)

## Liminar suspende cobrança de cota extra dos mutuários

Liminar concedida pela Juíza Marile Franco, da 15ª Vara Federal, proíbe temporariamente os agentes do Sistema Financeiro da Habitação de cobrar a cota extra de 26,06% nas prestações da casa própria. A cobrança, já efetuada por parte dos agentes privados desde setembro, só poderá ser feita se ficar comprovado que os mutuários com plano de equi-

valência salarial receberam reajuste igual ou superior. Se o agente mantiver a cobrança indevida estará sujeito a uma multa de CZ\$ 500.mil. O curador da Justiça dos Consumidores, Hélio Gama, estimou que 1,2 milhão de famílias serão beneficiadas pela liminar, em todo o Estado do Rio. (O Globo, 14/04/88)

### O negro em duas versões: livro e vídeo

O Instituto de Estudos da Religião, lança no dia 26 de abril duas publicações e um vídeo que tratam das questões do racismo e escravidão. Trata-se de documentos que foram elaborados pela equipe do programa "Religião e Negritude", do ISER, desenvolvidos pelos antropólogos Caetana Damasceno, Miscênio Santos e Sônia Giacomini.

As duas publicações fazem parte da coleção "Comunicações do ISER". Uma delas é um catálogo da organização de grupos que atuam no Brasil visando o com-

bate ao racismo e à discriminação social. A outra publicação traz artigos que tratam tanto do movimento negro enquanto movimento social, quanto do resgate de formas de identificação racial.

O vídeo mostra o fenômeno "A Escrava Anastácia", que é considerada santa, de imensa popularidade. O vídeo será exibido às 20h30 e às 21h30m. O local será o Centro Cultural Sérgio Porto, rua Humaitá, 163, no Rio, dia 26, a partir das 20 horas.

## Garimpeiros da Serra Pelada conseguem Cz\$ 2,5 bi na Justiça

Paulo Roberto — 3/5/87



*Cooperativa recorreu ao TFR e ganhou*

O Tribunal Federal de Recursos (TFR) decidiu que o Banco Central, a Caixa Econômica Federal e a Docegeo, subsidiária da Cia. Vale do Rio Doce, terão que devolver à Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada (Coogar) CZ\$ 2,5 bilhões relativos à retenção de ouro, paládio e prata extraídos no garimpo. A ação da Coogar foi julgada no dia 13, em Brasília.

No julgamento, em última instân-

cia, os juízes concluíram que o Banco Central, a Caixa Econômica e a Docegeo retiveram sobras de ouro, paládio e prata por quatro anos, embora exista lei de terminando a devolução desses minérios aos garimpeiros. Com os recursos a serem liberados pela decisão judicial, a cooperativa pretende fazer um rebaixamento significativo nos taludes do garimpo e liquidar suas dívidas, em torno de CZ\$ 350 milhões. (JB - 16/04/88)

## Lavrador denuncia trabalho clandestino na Usina de Campos

Trabalhadores rurais denunciaram a Usina Santa Cruz, em Campos, por estar pagando aos seus empregados, na lavoura, salário abaixo do mínimo, além de não registrar-los em carteira. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos, José Rodrigues, confirmou a denúncia e acrescentou que, embora a Usina Santa Cruz seja "uma das piores", o trabalho clandestino é comum a todas as usinas, em especial nesta época.

O subdelegado regional do trabalho, Antônio Correia, acha que a situação denunciada é reflexo do início de safra. Ele informou que suas equipes vão iniciar um trabalho de fiscalização na lavoura das usinas. Por sua vez, o presidente do sindicato acentuou que os pequenos produtores, apesar das dificuldades que enfrentam por causa "da falta de uma política agrária", pagam melhor e costumam registrar seus trabalhadores. (JB - 16/04/88)

## Sandinistas e contras debatem cessar-fogo definitivo

O governo sandinista e dirigentes dos rebeldes de direita "contras" iniciaram, dia 16, em Manágua, a capital nicaraguense, três dias de negociações para acertar um cessar-fogo definitivo no país.

Segundo Humberto Ortega, ministro da Defesa da Nicarágua e chefe da delegação sandinista, "a vitória que devemos alcançar é o cessar-fogo definitivo. Não se trata de montar um show publicitário, e sim de cumprir o acordo de Sapoá".

A delegação dos "contras", chefiada por Adolfo Calero e integrada entre outros por Pedro Joaquim Chamorro, Alfredo Cesar, Azucena Ferrey e Aristides Sanchez, chegou dia 15 à noite à Manágua. Houve um primeiro e breve encontro logo depois da chegada dos "contras".

É a primeira vez desde o início da guerra contra o regime sandinista, em 1982, que dirigentes rebeldes apoiados pelos Estados Unidos, viajam a capital nicaraguense.

As negociações são um desdobramento do trabalho firmado entre as duas par-



tes em 23 de março na localidade de Sapoá, sul da Nicarágua, onde foi acertado um cessar-fogo temporário de 60 dias a partir de 1º de abril. Na atual rodada também deverão ser definidas as áreas do norte nicaraguense onde os cerca de 15 mil rebeldes deverão permanecer após o cessar-fogo definitivo. Atualmente a maioria deles opera a partir de bases em Honduras.

A delegação sandinista nas negociações é chefiada pelo ministro da Defesa Humberto Ortega, irmão do presidente Daniel Ortega. "Estamos dispostos a trabalhar o tempo e os dias que forem necessárias para alcançar o cessar-fogo definitivo e a paz", disse o ministro da Defesa. (Folha SP, 14/04/88)

## Jesse Jackson acusa Reagan de desprezar América Latina

O Pastor Jesse Jackson, aspirante à candidatura democrata às eleições presidenciais dos Estados Unidos, criticou o desprezo que a Casa Branca demonstra pelo Caribe e pelos países latino-americanos, tratados como "o quintal e a porta dos fundos" pelo Governo Americano.

Em discurso no Brooklyn, Jackson também criticou a política do Presidente Ronald Reagan para o Panamá, dizendo que o castigo financeiro imposto aquele país "isola Noriega, que tem muito dinheiro, mas tira o pão do resto do povo". (O Globo, 14/04/88)

## Tutu condena Apartheid lembrando tradição cristã

O arcebispo Desmond Tutu afirmou, numa carta de oito páginas ao presidente Pieter Botha, que as leis do apartheid são injustas e as tradições cristãs não exigem que elas sejam obedecidas. Segun-

do Tutu, a segregação racial praticada pelo governo sul-africano é "anti-cristã, imoral e demoníaca". A carta é uma resposta aos ataques de Botha à Tutu e outros líderes anti-apartheid. (JB - 14/04/88)

## Vigília em Londres pelos Ticunas

A Survival International (SI), uma organização internacional de defesa dos direitos dos índios, vai realizar uma vigília de 24 horas, em frente da Embaixada do Brasil em Londres, para protestar contra o assassinato de 14 índios ticunas e agressão a outros 23, no Alto Solimões, Amazonas. Robin Hanbury, presidente da entidade, entregará uma mensagem dirigida ao presidente Sarney pedindo a detenção e o julgamento dos responsáveis pela chacina.

Os índios foram atacados por um grupo de homens armados que agiram a man-

do de fazendeiros da região. Um dos principais suspeitos de ter pago pela matança é o empresário do setor de madeira Oscar Castelo Branco, que estaria interessado nas terras ocupadas pelos ticunas.

Em comunicado distribuído à imprensa londrina, a entidade de defesa dos índios reclama da demora com que estão sendo realizadas as investigações policiais. E diz ainda que a chacina dos ticunas "mostra o fracasso das autoridades brasileiras em proteger as vidas e as terras dos indígenas". (O ESP - 15 / 04/88)

## Índios pedem ajuda do Inamps para evitar mortes

Chico Bento, um dos líderes dos índios Tapebas, denunciou que o grande número de mortes em sua tribo - causadas pela poluição do Rio Ceará - poderia ser evitado se eles tivessem direito à assistência médica do Inamps. Segundo ele, os tapebas comemoraram Dia do Índio convi-

vendo com maus tratos, discriminação e miséria quase absoluta.

As doenças que matam os tapebas, causadas pelos homens brancos, têm origem na poluição causada por diversas empresas da região, como a TBA e a Fort Boi. Elas jogam detritos diariamente no Rio Ceará. (O Globo, 19/04/88)

## Antropóloga analisa situação do índio

Quanto mais ativas ficam as entidades voltadas para os índios, mais radicais tornam-se as forças contrárias à organização dessas comunidades, como observou, a antropóloga Lux Vidal, presidente da Comissão Pró-Índio, com sede em São Paulo. Um exemplo, segundo ela, são os ataques de grupos econômicos ao trabalho que vem sendo desenvolvido pela União das Nações Indígenas.

Uma das principais preocupações da Comissão, agora, é que os constituintes retirem do projeto o último artigo do capítulo relativo aos índios, porque não dá aos aculturados os direitos específicos aos demais.

- Só porque eles usam calças e óculos serão considerados diferentes? - Questiona Lux Vidal que é também professora de antropologia da Universidade de São Paulo.

A entidade tem ainda outros três pontos de luta à Constituinte: Que as terras sejam demarcadas, garantindo-se os espaços contra a invasão de madeireiros, mineradoras, garimpeiros e construção de hidrelétricas; que os índios tenham autonomia para se organizar segundo suas leis e costumes respeitando-se devidamente sua cultura; e, finalmente, que se abra espaço a nível político para que possam participar democraticamente das leis que dizem respeito a eles mesmo e ao país.

## No seu dia, índio invade Congresso e exige saída de Romero Jucá



A única e mais autêntica comemoração do Dia do Índio, em Brasília, aconteceu nos salões luxuosos do Congresso Nacional. Os personagens foram Txucarramães e Caiapós. Começou pela manhã quando cerca de 70 índios do Parque Indígena do Xingu, ocuparam o salão verde do Congresso Nacional em protesto contra a política da FUNAI. Armados com bordunas e com os corpos pintados, eles dançaram a "dança da guerra" e ameaçaram invadir a sede da FUNAI caso o Presidente Romero Jucá permaneça no cargo. Eram os caiapós que apelaram aos constituintes para que eles elaborem leis de proteção à terra e à cultura indígena.

O cacique Txucarramãe Raoni, falando em sua língua, com tradução do índio Tapiê, disse que os Caiapós estão dispostos a trazer cinco mil índios até Brasília, que passariam a "viver no Palácio do Planalto". Afirmou ainda que o prazo para a demissão de Jucá vence na manhã do dia 21 de abril. Se Jucá permanecer, a sede do órgão seria invadida pelos índios.

Os caiapós receberam apoio dos Constituintes, dispostos inclusive a participarem de uma comissão de intermediação junto ao Planalto. Os índios reivindicam proteção das terras e nações indígenas, capazes de evitar massacre como o recente assassinato de 14 Ticunas, que vivem numa reserva da Amazônia. A área da reserva já foi delimitada, mas a FUNAI só demarcou 25% das terras, conforme informou o Deputado José Carlos Sabóia (PSB-MA).

No final da tarde, a tranquilidade da Praça dos Três Poderes foi quebrada por uma manifestação de cerca de 40 índios das tribos Krena-Karore, Juruna e Terena que se juntaram aos Caiapós e dançaram na calçada defronte ao Palácio do Planalto em protesto pela permanência do Presidente da Funai. Foram observados à distância apenas pela segurança do Presidente José Sarney. Ao deixarem a Praça dos Três Poderes, anunciaram que 150 índios vão permanecer em Brasília até que Jucá seja demitido.

# Emoção no julgamento que condena assassino do Padre Josimo

Num clima de muita emoção, o pistoleiro Geraldo Rodrigues da Costa, que matou em 1986, o Padre Josimo Moraes Tavares, sentou no banco dos réus e foi condenado a 18 anos e meio de prisão por unanimidade do júri. O julgamento que durou 14 horas foi acompanhado por centenas de trabalhadores rurais, religiosos e quatro Bispos que interloperam a participação no Encontro Nacional da CNBB, em Itaici e foram para Imperatriz.

Durante toda a última terça-feira, dia 19, os advogados de defesa e acusação procuraram sensibilizar o júri para suas teses, enquanto o promotor público Milton Matos pedia a pena máxima para

o réu, que é de 30 anos.

Na acusação atuaram os advogados Luiz Eduardo Greenhalg, de São Paulo, Pedro Luiz Dacero, do Rio, e Eneida Balduino. Na defesa, os advogados Dino de Oliveira Costa e José Moreira Neto ambos de Goiania.

As entidades católicas da região resolveram permanecer de vigília a pouca distância, celebrando missa na Matriz de Nossa Senhora de Fátima. Uma passeata que estava programada, inclusive com a participação de trabalhadores rurais e de políticos do PT, foi cancelada por questão de segurança no local do Júri.

## Como aconteceu a morte de Josimo

O padre Josimo foi morto quando estava no escritório da CPT, no centro de Imperatriz, Sudeste do Maranhão, município encravado numa das regiões mais violentas dos país por causa dos conflitos de terra. Antes de morrer, padre Josimo vinha sendo perseguido e ameaçado de morte por fazendeiros da região conhecida como "Bico do Papagaio", na confluência do Sudeste do Maranhão com o Sul do Pará e o Norte de Goiás.

Lá, a luta pela posse da terra virou questão de vida ou morte, na qual o padre Josimo ficou de lado dos posseiros e contra os interesses dos fazendeiros. O assassinato ocorreu três dias após a morte do fazendeiro Sebastião Teodoro Filho, por trabalhadores sem terra, no povoado de Burity, Município de São Sebastião do Araguaia (GO), onde Josimo era Vigário.

O fazendeiro, segundo as informações que circulam no "Bico do Papagaio", teria se negado a pagar posseiros que havia contratado para trabalhar em sua fazenda. Josimo foi acusado de instigar os posseiros, que acabaram assassinando o fazendeiro.

O pistoleiro Geraldo Rodrigues teria sido contratado por CZ\$ 50 mil por um vereador de Augustinópolis (GO), Os-



Foto: João R. Ripper

mar Teodoro da Silva, irmão do fazendeiro assassinado.

No dia da morte do padre, os fazendeiros da região de Imperatriz se reuniram no Clube Juçara, centro da cidade, para assistir à solenidade festiva de criação da UDR, organização que entrou no Estado do Maranhão exatamente pelo "Bico do Papagaio". Antevendo a própria morte, o padre Josimo redigiu um testamento datado de 26/04/86, onde declara: "não tenho medo de morrer nem vou parar minha luta pelos pobres e oprimidos. La mento apenas por minha mãe, que só tem a mim. Ela é uma pobre viúva e deverá ser amparada pelos amigos. Não posso cruzar os braços ante os grileiros que estão matando e deixando sem terra pobres pais de famílias".